

**FERNANDO HORTA E COSTA –
Sociedade de Mediação de Seguros, LDA**

RELATÓRIO E CONTAS 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

Fernando Horta e Costa – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Atividade Económica e Financeira

	2016
Volume de negócios	200.915.00 €
Resultados operacionais	- 72.498.48 €
Resultados antes de impostos-	- 72.506.28 €
Resultados líquidos	- 80.342.37 €

O exercício de 2016 representou o primeiro ano completo da atividade de mediação de seguros da sociedade Fernando Horta e Costa – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., após arranque em inícios de 2015.

Durante 2016, registou-se uma forte componente de investimento e preparação de todas as condições para que a atividade da Empresa cresça em força no próximo ano. Este esforço incluiu investimentos em escritório e equipamentos, sistemas, pessoas, formação, capacitação em termos de *best-practices*, implementação de procedimentos internos e externos e construção de relacionamentos sólidos com fornecedores, clientes e outros *stakeholders*.

O Balanço e a Demonstração de Resultados que integram este relatório traduzem a situação económico-financeira da Sociedade após a fase de arranque atrás descrita. Os capitais próprios perfazem o montante negativo de 72.497.44 € em 31 de Dezembro de 2016. É do conhecimento da Gerência a perda de metade do Capital Social, conforme estipulado no art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, tendo a Gerência assumido todas as obrigações futuras.

Proposta de aplicação de resultados

A Gerência propõem ainda que o Resultado Líquido do Exercício, negativo de 80.342.37 €, seja aplicado na rúbrica de Resultados Transitados.

Perspetivas para o exercício de 2017

A conjugação de vários fatores, onde se inclui a conjuntura de consolidação e racionalização do mercado segurador em Portugal, por um lado, e o forte empenhamento da Sociedade na prestação de um serviço diferenciador e de qualidade, por outro, leva a crer que no ano de 2017 a empresa irá fazer crescer as suas vendas de forma sustentada.

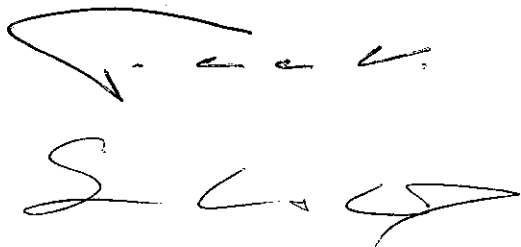
Notas finais

Após a data de balanço não ocorreram fatos dignos de registo.

Aos nossos estimados clientes, fornecedores e demais, apresentamos os nossos cumprimentos.

Oeiras, 15 de Março de 2017

A GERÊNCIA

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, representing the management of the company.

F. H. C.
82

FERNANDO HORTA E COSTA, LDA

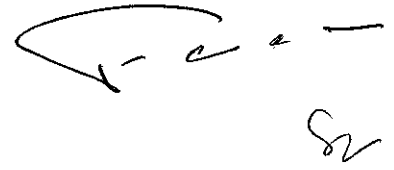
Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2016

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2016	5
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2016	6
• Anexo	
1. Nota introdutória	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais políticas contabilísticas	8
4. Ativos fixos tangíveis	10
5. Propriedades de investimento	10
6. Ativos intangíveis	10
7. Ativos biológicos	10
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	10
9. Participações financeiras – outros métodos	10
10. Acionistas / Sócios	11
11. Outros investimentos financeiros	11
12. Ativos e passivos por impostos diferidos	11
13. Inventários	11
14. Clientes	11
15. Adiantamento a fornecedores	11
16. Estado e outros entes públicos	12
17. Outros créditos a receber	12
18. Diferimentos	12
19. Ativos financeiros detidos para negociação	12
20. Outros ativos financeiros	12
21. Ativos não correntes detidos para venda	13
22. Caixa e depósitos bancários	13
23. Capital realizado	13
24. Outros instrumentos de capital próprio	13
25. Reserva legal	13
26. Resultados transitados	13
27. Excedentes de revalorização	14
28. Provisões	14
29. Financiamentos obtidos	14
30. Outras dívidas a pagar	14
31. Fornecedores	14
32. Adiantamentos de clientes	14
33. Outros passivos financeiros	14
34. Vendas e prestações de serviços	14
35. Subsídios à exploração	15
36. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros	15
37. Variação nos inventários da produção	15
38. Trabalhos para a própria entidade	15
39. Custo das vendas	15
40. Fornecimentos e serviços externos	15
41. Gastos com o pessoal	15
42. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	16
43. Aumento /redução de justo valor	16
44. Outros rendimentos e ganhos	16
45. Outros gastos e perdas	16
46. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16
47. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	17
48. Resultados financeiros	17
49. Partes relacionadas	17
50. Compromissos	17
51. Eventos subsequentes	17
52. Informações exigidas por diplomas legais	17

Handwritten signature and initials in black ink, appearing to be 'F. H. C.' and 'S2'.

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016



Fernando Horta & Costa Lda

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.16	31.dez.15
<i>Ativo</i>			
Ativos fixos tangíveis	4	729,30	1 109,74
Propriedades de investimento	5	-	-
Ativos intangíveis	6	-	-
Ativos biológicos	7	-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	-	-
Participações financeiras - outros métodos	9	-	-
Acionistas / Sócios	10	-	-
Outros investimentos financeiros	11	798,69	275,74
Ativos por impostos diferidos	12	-	-
Total dos Ativos Não Correntes		1 527,99	1 385,48
Inventários	13	-	-
Ativos biológicos	8	-	-
Clientes	14	-	-
Adiantamento a fornecedores	15	-	-
Estado e outros entes públicos	16	344,00	-
Outros créditos a receber	17	9 862,37	23 572,07
Diferimentos	18	21 466,50	1 289,76
Ativos financeiros detidos para negociação	19	-	-
Outros ativos financeiros	20	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	21	-	-
Caixa e depósitos bancários	22	28 251,74	11 182,69
Total dos Ativos Correntes		59 924,61	36 044,42
		61 452,60	37 429,90
<i>Capitais Próprios</i>			
Capital subscrito	23	10 000,00	5 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	24	-	-
Reservas legais	25	-	-
Resultados transitados	26	(2 155,07)	(1 267,76)
Excedentes de revalorização	27	-	-
Resultado líquido do exercício		(80 342,37)	(887,31)
Interesses que não controlam		-	-
Total dos Capitais Próprios		(72 497,44)	2 844,93

Passivo

Provisões	28	-	-
Financiamentos obtidos	29	-	-
Passivos por impostos diferidos	12	-	-
Outras dividas a pagar	30	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	31	1 124,36	1,60
Adiantamento de clientes	32	-	-
Estado e outros entes públicos	16	14 445,15	7 226,60
Financiamentos obtidos	29	-	-
Outras dividas a pagar	30	116 888,93	27 356,77
Diferimentos	18	1 491,60	-
Outros passivos financeiros	33	-	-
Total dos Passivos Correntes		133 950,04	34 584,97
Total do Passivo		133 950,04	34 584,97
		61 452,60	37 429,90

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 15 de março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Fernando Horta & Costa Lda

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.16	31.dez.15
Vendas e serviços prestados	34	198 293,50	190 152,03
Subsídios à exploração	35	2 621,58	-
Ganhos/perdas decorrentes dos investimentos financeiros	36	-	-
Variação nos inventários da produção	37	-	-
Trabalhos para a própria entidade	38	-	-
Custo das vendas	39	-	-
Fornecimentos e serviços externos	40	(68 131,82)	(45 595,81)
Gastos com o pessoal	41	(196 283,74)	(135 493,39)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	29	-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	42	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	43	-	-
Outros rendimentos	44	216,47	-
Outros gastos	45	(8 834,03)	(6 590,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(72 118,04)	2 471,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	46	(380,44)	(31,70)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	47	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(72 498,48)	2 440,16
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	48	(7,80)	(15,40)
Resultado antes de impostos		(72 506,28)	2 424,76
Imposto sobre o rendimento do período	16	(7 836,09)	(3 312,07)
Resultado líquido do período		(80 342,37)	(887,31)

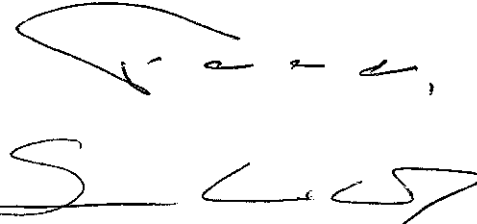
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 15 de março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO



Fernando Horta & Costa Ltda

Demonstração dos Ativos no Capital Próprio Individual - Exercício de 2016

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído nos exercícios do capital

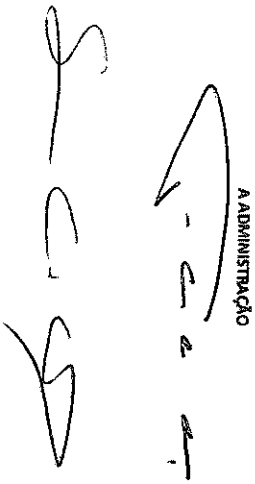
	Notas	Capital realçado	Ativos (ganhos) próprios	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Exercícios de reavaliação	Ajustamentos/outros lançados no capital próprio	Resultados líquidos do exercício	Total do capital próprio
Passivo no início do Período 2016	1	5 000,00	-	-	-	-	(1 267,19)	-	-	(867,23)	2 844,93
Alterações no período											
Realização do excedente da reavaliação de ativos	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reavaliação	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28	-	-	-	-	-	(867,23)	-	-	-	-
Capital Próprio	2	-	-	-	-	-	(867,23)	-	-	-	-
Reservas Legadas do Período	3	-	-	-	-	-	(867,23)	-	-	(867,23)	-
Reservado Integral	4-2+3+3	-	-	-	-	-	(867,23)	-	-	(867,23)	-
Operações contábeis de capital próprio											
Realização de capital		\$ 100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	\$ 100,00
Realização de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	3 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3 000,00
Passivo no Fim do Período 2016	6-1+2+3+5	10 000,00	-	-	-	-	(2 134,42)	-	-	(867,23)	7 249,44

Para ser lido com as notas anexas à demonstração Financeira
Lisboa, 13 de março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



A ADMINISTRAÇÃO



FERNANDO HORTA E COSTA, LDA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa Fernando Horta e Costa Lda, foi constituída em 2014, tem a sua sede em Ociras. A Empresa tem como atividade principal a mediação de seguros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Na preparação das suas demonstrações financeiras a entidade está sujeita ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de junho, o qual aprova o Sistema de normalização contabilística (SNC), e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

A entidade adotou por apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Diferimentos” (Nota 18).

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo SNC-NCRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletcentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% até 15.000€ e o remanescente a 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

SV

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.4. Prejuízos Fiscais

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos. Contudo a dedução de prejuízos fiscais, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.7. Capital social

As quotas são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas quotas, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2016 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2016					Saldo em 31-dez-16
	Saldo em 01-jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	13 000	(13 000)	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1 141,44	-	-	-	-	1 141,44
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>1 141,44</u>	<u>13 000</u>	<u>(13 000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 141,44</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	31,70	380,44	-	-	-	412,14
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>31,70</u>	<u>380,44</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>412,14</u>
Valor total líquido	<u>1 109,74</u>	<u>12 619,56</u>	<u>(13 000,00)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>729,30</u>

5. Propriedades de investimento

Não se aplica

6. Ativos intangíveis

Não se aplica

7. Ativos biológicos

Não se aplica

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Não se aplica

9. Participações financeiras – outros métodos

Não se aplica

10. Acionistas / Sócios

Não se aplica

11. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Fundos de compensação	798,69	275,64
Outras	-	-
	<u>798,69</u>	<u>275,64</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>798,69</u>	<u>275,64</u>

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Não se aplica

13. Inventários

Não se aplica

14. Clientes

Não se aplica

15. Adiantamento a fornecedores

Não se aplica

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes

	31-dez-16	31-dez-15
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	344,00	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>344,00</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	(7 836,09)	(3 312,07)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	(2 878,42)	(1 152,00)
Segurança Social	(3 693,50)	(2 743,00)
Outros impostos e taxas	(37,14)	(19,14)
saldos:	<u>(14 445,15)</u>	<u>(7 226,21)</u>

17. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-16		31-dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	150,26
Outros	-	9 862,37	-	23 421,81
	-	<u>9 862,37</u>	-	<u>23 572,07</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>9 862,37</u>	-	<u>23 572,07</u>

18. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	20 175,00	-
Seguros pagos antecipadamente	112,72	87,01
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	1 178,78	1 202,75
	<u>21 466,50</u>	<u>1 289,76</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	(1 491,60)	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>(1 491,60)</u>	<u>-</u>

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Não se aplica.

20. Outros ativos financeiros

Não se aplica.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Não se aplica.

22. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Caixa	-	-
Depósitos à ordem (i)	28 251,74	11 182,69
Depósitos à prazo	-	-
Outras	-	-
	<u>28 251,74</u>	<u>11 182,69</u>

(i) Esta rubrica inclui valores de recibos pagos pelos clientes a ser transferidos para as seguradoras.

23. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado em €10.000.

24. Outros instrumentos de capital próprio

Não se aplica.

25. Reserva legal

Não se aplica.

26. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

27. Excedentes de revalorização

Não se aplica.

28. Provisões

Não se aplica.

29. Financiamentos obtidos

Não se aplica.

30. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-16		31-dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	728,73	-	300,00
Acrescimento de vencimento	-	14 003,19	-	-
Outras contas a pagar	-	102 157,01	-	27 056,77
	-	116 888,93	-	27 356,77

31. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Fornecedores conta corrente	1 124,36	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	1 124,36	-

32. Adiantamentos de clientes

Não se aplica.

33. Outros passivos financeiros

Não se aplica.

34. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31-dez-16			31-dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	195 104,87	3 188,63	198 293,50	190 152,03	-	190 152,03
	195 104,87	3 188,63	198 293,50	190 152,03	-	190 152,03

SH

35. Subsídios à exploração

Em 2016 a Fernando Horta e Costa Sociedade de Mediação de Seguros Lda recebeu a quantia de €2.621,58 como resultado da contratação de um estagiário ao abrigo da Medida de Estágios Emprego do IEFP.

36. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

Não se aplica.

37. Variação nos inventários da produção

Não se aplica.

38. Trabalhos para a própria entidade

Não se aplica.

39. Custo das vendas

Não se aplica.

40. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Subcontratos	-	1 803,59
Serviços especializados	29 935,31	15 779,29
Materiais	1 566,46	1 213,03
Energia e fluidos	2 255,54	1 408,16
Deslocações, estadas e transportes	2 675,31	1 403,50
Serviços diversos (*)	31 699,20	23 988,24
Renda imóveis / alugueres	21 065,88	17 389,47
Comunicação	4 871,65	4 178,86
Outros	3 320,78	
Seguros	2 440,89	1 199,77
	<u>68 131,82</u>	<u>45 595,81</u>

41. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Remunerações dos órgãos sociais	41 816,92	31 819,91
Remunerações do pessoal	124 826,25	84 802,75
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	26 907,36	17 802,48
Seguros	1 130,94	488,59
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	1 602,27	579,66
	<u>196 283,74</u>	<u>135 493,39</u>

82

42. Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica.

43. Aumento/redução de justo valor

Não se aplica.

44. Outros rendimentos e ganhos

Existem €216,47 de correções referentes a exercícios anteriores. Estas correções não são materialmente relevantes.

45. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Impostos	3 606,03	5 952,72
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas (*)	<u>5 228,00</u>	<u>638,25</u>
	<u>8 834,03</u>	<u>6 590,97</u>

46. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-16</u>			<u>31-dez-15</u>		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	380,44	-	380,44	31,70	-	31,70
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>380,44</u>	<u>-</u>	<u>380,44</u>	<u>31,70</u>	<u>-</u>	<u>31,70</u>

47. Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Não se aplica

48. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	31-dez-16	31-dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7,80	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	15,40
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	7,80	15,40

49. Partes relacionadas

Não se aplica

50. Compromissos

Não se aplica

51. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

52. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2016, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Gerência

O Contabilista Certificado



PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de Dezembro

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

O mediador de seguros reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita excepções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento aquando da prestação de contas do mediador as empresas de seguros.

b) Total de remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

Por natureza	Remunerações	
	Ano n	
Numérario	198 293,50 €	
Espécie	- €	
TOTAL	198 293,50 €	

Por tipo	Remunerações	
	Ano n	
Comissões	189 223,28 €	
Honorários	9 070,22 €	
TOTAL	198 293,50 €	

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundo de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem:

Por entidade (origem)	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Fundos de Pensões
	Ano n	Ano n	Ano n
Empresas de seguros	6 366,80 €	179 667,85 €	
Outros mediadores		3 188,63 €	
TOTAL	6 366,80 €	182 856,48 €	- €

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações	
	Ano n	
Empresas de seguros	98,32%	
Outros mediadores	1,68%	
TOTAL	100,00%	



c) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes"
	Ano n
Início exercício	7 822,63 €
Final exercício	27 542,04 €
Volume movimentado no exercício	
A débito	1 276 826,92 €
A crédito	1 257 107,51 €

Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		76 295,45 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	6 863,31 €	
TOTAL	6 863,31 €	76 295,45 €